

Grupo 6 — Linhas de crédito**Todos os produtos financeiros decorrentes de linhas de crédito**

Aviário Santa Cita A. Jacinto Ferreira, S. A. — € 20 356,74.
 Constantinos, S. A. — € 29 249,58.
 Ermelinda Rosário Pires Freitas — € 24 168,90.
 INAFLO — Produção e Comércio Flores, L.^{da} — € 16 424,42.
 João Pires Vinhos, S. A. — € 25 569,63.
 Manuel Carvalho, L.^{da} — € 39 893,39.
 Matadouro Regional Barroso A. Tâmega, S. A. — € 15 487,67.
 Ramirez e C.^a, Filhos, S. A. — € 26 232,88.
 Viveiro Vila Nova, S. A. — € 26 699,16.

18 de Março de 2005. — O Secretário do Conselho de Administração, *Mário Vilhena da Cunha*.

**Instituto Nacional de Investigação
 Agrária e das Pescas, I. P.**

Despacho n.º 8851/2005 (2.ª série). — Tendo sido detectados níveis de contaminação química em organismos marinhos, associados aos altos níveis de coliformes fecais observados em locais da zona de produção do estuário do Tejo, ao abrigo das atribuições do Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas e das competências dadas pelo Decreto-Lei n.º 112/95, de 23 de Maio, no seu artigo 4.º, n.º 2, na redacção que lhe foi introduzida pelo Decreto-Lei n.º 293/98, de 18 de Setembro, é alterado o anexo ao despacho n.º 13 433/2003, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 9 de Julho de 2003.

Assim, na col. «Zona de apanha/cultivo», referente à zona de produção estuário do Tejo, da Capitania de Lisboa, na região de Lisboa e Vale do Tejo, onde se lê «Todas as zonas» deve ler-se «Todas as zonas, com excepção da margem direita compreendida entre o limite nascente da cala norte e a Torre de Belém».

23 de Março de 2005. — O Presidente, *José Empis*.

Despacho (extracto) n.º 8852/2005 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Março de 2005 do presidente do Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas, I. P.:

Mafalda Maria Casquilho Antunes, assistente administrativa especialista, da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal do ex-INIA — reclassificada na categoria de técnica profissional especialista, da carreira de técnico profissional de biblioteca e documentação, escalão 2, índice 280, para o mesmo quadro, sendo dispensada do exercício de funções em comissão de serviço, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, com efeitos à data da publicação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Março de 2005. — Pelo Presidente, o Director de Serviços de Gestão e Administração, *Vítor Lucas*.

Despacho (extracto) n.º 8853/2005 (2.ª série). — Por despachos do vice-presidente do Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas e do subdirector-geral das Pescas e Aquicultura de 29 de Março de 2005:

Ana Rita Veiga, assessora principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura — requisitada para exercer funções neste Instituto, com início em 1 de Abril de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços de Administração, *Ramiro Gomes*.

Despacho (extracto) n.º 8854/2005 (2.ª série). — Por despacho de 16 de Março de 2005 do presidente do Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas, I. P., e de 18 de Março de 2005 do subdirector do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo:

Maria Teresa dos Santos Garcia Iboleon, assistente administrativa do quadro de pessoal do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo — autorizada a transferência para o quadro de pessoal do Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas, ex-IPIMAR, com efeitos a 1 de Abril de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Março de 2005. — O Vice-Presidente, *Carlos Costa Monteiro*.

Despacho (extracto) n.º 8855/2005 (2.ª série). — Por despacho de 5 de Abril de 2005 do presidente do Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas, I. P.:

Maria da Encarnação Pereira Ferreira Mendes, assistente administrativa especialista, da carreira de assistente administrativo do qua-

dro de pessoal do ex-INIA — reclassificada na categoria de técnico superior de 2.ª classe, da carreira de técnico superior, escalão 1, índice 400, para o mesmo quadro, sendo dispensada do exercício de funções em comissão de serviço, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, com efeitos à data da publicação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Abril de 2005. — Pelo Presidente, o Director de Serviços de Gestão e Administração, *Vítor Lucas*.

Despacho (extracto) n.º 8856/2005 (2.ª série). — Por despacho de 5 de Abril de 2005 do presidente do Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas, I. P.:

Maria Judite Pires Carneiro da Conceição Ribeiro, técnica profissional especialista principal da carreira de técnico profissional de biblioteca e documentação do quadro de pessoal do ex-INIA — reclassificada na categoria de técnico superior estagiário, para ingresso na carreira de técnico superior, para o mesmo quadro, em comissão de serviço extraordinária, pelo período de um ano, nos termos do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, com efeitos à data da publicação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Abril de 2005. — Pelo Presidente, o Director de Serviços de Gestão e Administração, *Vítor Lucas*.

Despacho (extracto) n.º 8857/2005 (2.ª série). — Por despachos de 28 de Março e de 5 de Abril de 2005, respectivamente, do vogal executivo do conselho de administração do Hospital de Santa Cruz e do presidente do Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas, I. P.:

Elisabete Sofia Felício da Costa, auxiliar de acção médica do quadro do Hospital de Santa Cruz — requisitada para este Instituto, com efeitos a partir de 1 de Maio de 2005. (Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Abril de 2005. — Pelo Presidente, o Director de Serviços de Gestão e Administração, *Vítor Lucas*.

Rectificação n.º 638/2005. — Por ter saído com inexactidão a publicação inserta no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 46, de 7 de Março de 2005, a p. 3460, rectifica-se que onde se lê:

«Por despacho de 7 de Fevereiro de 2005 do presidente do INIAP, os assistentes de investigação abaixo mencionados, contratados por contrato administrativo de provimento [...]»

Natália Garcia de Matos — 23 de Julho de 2004.»

deve ler-se:

«Por despacho de 7 de Fevereiro de 2005 do presidente do INIAP, os assistentes de investigação abaixo mencionados, contratados por contrato administrativo de provimento e a especialista de investigação abaixo mencionada, de nomeação definitiva do quadro deste Instituto, é nomeada definitivamente no quadro de pessoal do ex-INIA como investigadora auxiliar [...]»

Natália Garcia de Matos — 23 de Julho de 2004.»

6 de Abril de 2005. — Pelo Presidente, o Director de Serviços de Gestão e Administração, *Vítor Lucas*.

Rectificação n.º 639/2005. — Por ter saído com inexactidão a publicação inserta no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 65, de 4 de Abril de 2005, a p. 5268, rectifica-se que onde se lê «Armindo José Laço Costa e Nuno Manuel Barroso Pinheiro, técnicos de 1.ª classe da carreira de engenheiro técnico» deve ler-se «Armindo José Laço Costa, técnico de 2.ª classe da carreira de engenheiro técnico».

6 de Abril de 2005. — Pelo Presidente, o Director de Serviços de Gestão e Administração, *Vítor Lucas*.

Instituto da Vinha e do Vinho

Despacho (extracto) n.º 8858/2005 (2.ª série). — Por despacho de 6 de Abril de 2005 do presidente do Instituto da Vinha e do Vinho:

Carmelina Maria Morais Ladeiro Pires e Elsa Maria Lopes, técnicas de 1.ª classe da carreira de técnico de administração do quadro de pessoal do Instituto da Vinha e do Vinho — nomeadas, precedendo concurso, técnicas principais da carreira de técnico de administração, ficando posicionadas no escalão 1, índice 400, con-

siderando-se exoneradas do lugar que ocupam a partir da data da aceitação de nomeação.

Foi dado cumprimento ao disposto no n.º 3 da resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, tendo-se obtido confirmação de declaração de cabimento orçamental da Direcção-Geral do Orçamento, 8.ª Delegação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Abril de 2005. — O Director de Serviços, *Lopes das Neves*.

Laboratório Nacional de Investigação Veterinária, I. P.

Despacho n.º 8859/2005 (2.ª série). — Por despachos de 27 de Janeiro de 2005 da directora do Laboratório Nacional de Investigação Veterinária, I. P., e de 16 de Fevereiro 2005 do Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais do Governo Regional da Madeira:

Maria de Lurdes Tavares Clemente, assessora principal da carreira de médico veterinário — transferida do quadro de pessoal da Direcção Regional de Pecuária para o quadro de pessoal deste Laboratório Nacional, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 85/85, de 1 de Abril, com efeitos reportados a 1 de Abril de 2005. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

4 de Abril de 2005. — A Directora, *Maria Inácia Aleixo Vacas de Carvalho Corrêa de Sá*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 8860/2005 (2.ª série). — De acordo com o Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de Agosto, os funcionários e agentes da Administração Pública poderão requerer a equiparação a bolseiro no País quando se proponham frequentar cursos ou estágios de reconhecido interesse público.

Considerando que a obtenção de doutoramento pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, subordinado ao tema «Para Lá dos Números — As Consequências Pessoais do Desemprego. Trajectórias de Exclusão e Estratégias de Enfrentamento», pelo técnico superior de 1.ª classe Jorge Manuel Alves Caleiras, a exercer funções no Centro Distrital de Segurança Social de Leiria, do Instituto da Segurança Social, I. P., se reveste de interesse para a área funcional onde presta serviço;

Considerando que o Instituto da Segurança Social, I. P., é favorável à obtenção do referido doutoramento;

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de Agosto, e nos termos do despacho n.º 92/SESS/90, de 13 de Fevereiro, determino o seguinte:

1 — É concedida a equiparação a bolseiro ao técnico superior de 1.ª classe Jorge Manuel Alves Caleiras, por um ano, desde a data da publicação do presente despacho.

2 — A presente equiparação a bolseiro implica a dispensa total do exercício de funções.

6 de Abril de 2005. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais, I. P.

Deliberação n.º 575/2005. — Por deliberação de 6 de Abril de 2005 do conselho directivo:

Marco Lourenço Antunes, ex-militar em regime de contrato até 3 de Abril de 2001 — nomeado, precedendo concurso, provisoriamente, pelo período de um ano, findo o qual a nomeação se converterá automaticamente em definitiva, na categoria de técnico de 2.ª classe de cardiopneumologia, da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica, do quadro de pessoal do Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais, I. P., aprovado pela Portaria n.º 1022/99, de 18 de Novembro, nos termos conjugados dos n.ºs 1, 4 e 5 do artigo 30.º do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato (RC) e de Voluntariado (RV), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 118/2004, de 21 de Maio, do n.º 3 do artigo 4.º e dos

n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Abril de 2005. — A Chefe de Divisão do Gabinete de Gestão de Pessoal, *Maria Vitória Costa*.

Deliberação n.º 576/2005. — Por deliberação de 6 de Abril de 2005 do conselho directivo:

José de Brito Pena Carvalho, assistente administrativo principal do quadro permanente da Direcção-Geral de Viação — nomeado, precedendo concurso, provisoriamente, em comissão de serviço, pelo período de um ano, findo o qual a nomeação se converterá automaticamente em definitiva, na categoria de técnico de 2.ª classe de cardiopneumologia, da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica, do quadro de pessoal do Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais, I. P., aprovado pela Portaria n.º 1022/99, de 18 de Novembro, nos termos conjugados do n.º 3 do artigo 4.º e do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com o artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Abril de 2005. — A Chefe de Divisão do Gabinete de Gestão de Pessoal, *Maria Vitória Costa*.

Deliberação n.º 577/2005. — Por deliberação de 30 de Março de 2005 do conselho directivo:

Pedro Lopes, auxiliar administrativo, da carreira de auxiliar administrativo, do quadro de pessoal do Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais, I. P. — nomeado, em comissão de serviço extraordinária, pelo período de seis meses, a fim de exercer funções correspondentes à carreira de assistente administrativo, tendo em vista a sua reclassificação na categoria de assistente administrativo, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Abril de 2005. — A Chefe de Divisão do Gabinete de Gestão de Pessoal, *Maria Vitória Costa*.

MINISTÉRIOS DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL E DA SAÚDE

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Hospital Ortopédico de Sant'Ana

Deliberação (extracto) n.º 578/2005. — Por deliberação do conselho directivo deste Hospital de 22 de Março de 2005, proferida no uso de competência delegada:

Lucinda Nazaré Aires da Encarnação, enfermeira graduada — autorizada a renovação do regime de horário acrescido, quarenta e duas horas semanais, pelo período de 12 meses, a partir de 15 de Abril de 2005. (Isenta de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Abril de 2005. — A Administradora-Delegada, *Maria da Conceição Carp*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação

Despacho n.º 8861/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio Miguel Augusto Morgado do Quental de Menezes para o desempenho de funções de coordenação e administração da secretaria de apoio do meu Gabinete.

2 — É atribuída ao nomeado a quantia de € 1750 como remuneração mensal acrescida do subsídio de refeição, com direito, nos termos legalmente estabelecidos, aos subsídios de férias e de Natal, calculados sobre a respectiva remuneração.